

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.729 - BA (2019/0358404-4)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
SUSCITANTE : R CARVALHO CONSTRUÇOES E EMPREENDIMENTOS
LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : CARLA PEDREIRA PEIXOTO E OUTRO(S) - BA038887
LEONARDO ALMEIDA RIOS - BA026559
PATRICIA SILVA BRANDÃO - BA063259
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 5A VARA CÍVEL DE FEIRA DE
SANTANA - BA
SUSCITADO : JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE CONCEIÇÃO DO COITÉ
- BA
INTERES. : ANTONIO PEREIRA DE JESUS
ADVOGADOS : KÁTIA SILENE SILVA COUTINHO - BA018088
ANNE COUTINHO DE CERQUEIRA - BA035090

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, suscitado por R CARVALHO CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, em recuperação judicial, em face do JUÍZO DE DIREITO DA 5A VARA CÍVEL DE FEIRA DE SANTANA - BA, no qual tramitam os autos da recuperação judicial, e do JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE CONCEIÇÃO DO COITÉ - BA, no qual tramita a reclamatória trabalhista nº 0002741-85.2014.5.05.0251 movida por ANTONIO PEREIRA DE JESUS.

A suscitante postula, em razão da competência universal do juízo da recuperação para decidir as questões tendentes a afetar o seu patrimônio, a suspensão da execução em trâmite na Justiça do Trabalho, bem assim a declaração da competência do Juízo Estadual.

É o breve relatório.

Passo a decidir o pedido liminar.

Em análise perfunctória, própria deste momento processual, não vislumbro a presença dos pressupostos indispensáveis ao deferimento da medida liminar pleiteada.

Isso porque não houve a demonstração da prática de constrição ou da

iminência de prática constritiva sobre o patrimônio da empresa suscitante. Ressalto que consta dos autos, apenas, cópia de decisão indeferindo a exceção de pré-executividades e determinando o prosseguimento da execução, com a ressalva de que a executada deveria garantir o juízo para poder contestar os valores da execução (e-STJ, fls. 59/60).

De qualquer forma, entendo ser prudente, para o deslinde da controvérsia, a ciência exata das circunstâncias fáticas atuais das ações que tramitam perante os juízos suscitados, o que será possível mediante o envio das informações ora requisitadas.

Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.

Requisitem-se informações aos Juízos suscitados, no prazo de 10 dias (CPC/2015, art. 954).

Intime-se o Administrador Judicial, MANDEL ADVOCACIA, na pessoa do sócio representante, Dr. JULIO KAHAN MANDEL (OAB/SP 128.331), com endereço à Rua General Jardim, nº 808, 5º andar, Higienópolis, São Paulo/SP (CEP: 01223-010), para que, no prazo de 10 (dez) dias, preste esclarecimentos sobre o andamento da recuperação judicial, bem como sobre os créditos do interessado, ANTONIO PEREIRA DE JESUS, reconhecidos na Reclamatória Trabalhista nº 0002741-85.2014.5.05.0251 em trâmite na VARA DO TRABALHO DE CONCEIÇÃO DO COITÉ - BA.

Comunique-se, com urgência.

Após, dê-se vista ao MPF (RISTJ, arts. 64, V e XIII, e 198).

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator